



ANEXO VII

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
NÍVEL: ENSINO MÉDIO E NÍVEL SUPERIOR	
CARGOS	CONTEÚDOS
<p>AUXILIAR ADMINISTRATIVO</p>	<p>1. Língua Portuguesa: análise e interpretação de textos: compreensão geral do texto; reconhecimento de ideia central e tese defendida pelo autor; argumentação; coerência e mecanismos de coesão; estrutura e organização do texto e dos parágrafos; elementos que compõem uma narrativa; Tipologias e gêneros textuais; Tipos de discurso: direto, indireto e indireto livre; Funções da linguagem; Significação vocabular: sinônimos e antônimos; conotação e denotação; Emprego dos pronomes pessoais; Vozes do verbo; Pontuação; Ortografia; Concordâncias verbal e nominal; Regências verbal e nominal.</p> <p>2. Matemática: Expressão numérica e algébrica; Conjuntos; Razão; Proporção; Regra de três; Porcentagem; Juros simples e juros compostos; Equação do 1º e 2º grau; Função Polinomial do 1º e 2º grau. Progressões; Geometria plana; Análise combinatória: permutação, arranjos, combinação; Probabilidade; Estatística básica; Medidas de comprimento e superfície; medidas de volume e capacidade; Medida de massa e noções de lógica.</p> <p>Conhecimentos específicos: Conhecimentos básicos de hardware; Sistemas Operacionais; Conceitos e serviços relacionados à Internet e ao correio eletrônico; Redação Oficial; Noções de arquivologia; Noções de direito constitucional e administrativo; LDB- do Ensino Superior; Portaria 40 de 12 de dezembro de 2007 MEC; Portaria MEC- nº 255 de 20 de dezembro de 1990; Portaria MEC- nº1224 de 18 de dezembro de 2013; MP 2.200-2 de 24 de agosto de 2001.</p>



<p>TÉCNICO DE LABORATÓRIO/ENGENHARIA CIVIL</p>	<p>1. Língua Portuguesa: análise e interpretação de textos: compreensão geral do texto; reconhecimento de ideia central e tese defendida pelo autor; argumentação; coerência e mecanismos de coesão; estrutura e organização do texto e dos parágrafos; elementos que compõem uma narrativa; Tipologias e gêneros textuais; Tipos de discurso: direto, indireto e indireto livre; Funções da linguagem; Significação vocabular: sinônimos e antônimos; conotação e denotação; Emprego dos pronomes pessoais; Vozes do verbo; Pontuação; Ortografia; Concordâncias verbal e nominal; Regências verbal e nominal.</p> <p>2. Matemática: Expressão numérica e algébrica; Conjuntos; Razão; Proporção; Regra de três; Porcentagem; Juros simples e juros compostos; Equação do 1º e 2º grau; Função Polinomial do 1º e 2º grau. Progressões; Geometria plana; Análise combinatória: permutação, arranjos, combinação; Probabilidade; Estatística básica; Medidas de comprimento e superfície; medidas de volume e capacidade; Medida de massa e noções de lógica.</p> <p>3. Conteúdo específico</p> <ol style="list-style-type: none">1. Ensaios de Caracterização dos solos;2. Compactação dos solos;3. Permeabilidade dos solos; 4. Prospecção do subsolo;5. Ensaios de campo aplicados a obras geotécnicas;6. Índice Suporte Califórnia;7. Aglomerantes;8. Agregados e rochas;9. Concreto;
--	---



<p>TÉCNICO DE LABORATÓRIO/ENGENHARIA MECÂNICA</p>	<p>1. Língua Portuguesa: análise e interpretação de textos: compreensão geral do texto; reconhecimento de ideia central e tese defendida pelo autor; argumentação; coerência e mecanismos de coesão; estrutura e organização do texto e dos parágrafos; elementos que compõem uma narrativa; Tipologias e gêneros textuais; Tipos de discurso: direto, indireto e indireto livre; Funções da linguagem; Significação vocabular: sinônimos e antônimos; conotação e denotação; Emprego dos pronomes pessoais; Vozes do verbo; Pontuação; Ortografia; Concordâncias verbal e nominal; Regências verbal e nominal.</p> <p>2. Matemática: Expressão numérica e algébrica; Conjuntos; Razão; Proporção; Regra de três; Porcentagem; Juros simples e juros compostos; Equação do 1º e 2º grau; Função Polinomial do 1º e 2º grau. Progressões; Geometria plana; Análise combinatória: permutação, arranjos, combinação; Probabilidade; Estatística básica; Medidas de comprimento e superfície; medidas de volume e capacidade; Medida de massa e noções de lógica.</p> <p>3. Conteúdo específico</p> <p>1. Metrologia: Calibração de sistemas de medição; Processos de medição direta e indireta; instrumentos de medição; conversão de unidades no sistema SI;</p> <p>2. Soldagem: Processo de soldagem TIG;</p> <p>3. Soldagem: Processo de soldagem MIG/MAG;</p> <p>4. Soldagem: Processo de soldagem com Eletrodo</p>
---	---



	<p>Revestido; 5. Usinagem: Ajustagem; 6. Usinagem: Torneamento e fresamento; 7. Materiais: Propriedades mecânicas dos materiais metálicos e sua determinação; 8. Materiais: Ensaio mecânicos destrutivos e não destrutivos; 9. Materiais: Tratamentos térmicos; 10. Sistemas Hidráulicos e Pneumáticos; 11. Hidráulica: especificação e descrição de bombas; Tubulações e acessórios; Perdas de carga em tubulações; 12. Sistemas de refrigeração e ar condicionado.</p>
<p>TÉCNICO DE LABORATÓRIO/CIÊNCIAS</p>	<p>1. Língua Portuguesa: análise e interpretação de textos: compreensão geral do texto; reconhecimento de ideia central e tese defendida pelo autor; argumentação; coerência e mecanismos de coesão; estrutura e organização do texto e dos parágrafos; elementos que compõem uma narrativa; Tipologias e gêneros textuais; Tipos de discurso: direto, indireto e indireto livre; Funções da linguagem; Significação vocabular: sinônimos e antônimos; conotação e denotação; Emprego dos pronomes pessoais; Vozes do verbo; Pontuação; Ortografia; Concordâncias verbal e nominal; Regências verbal e nominal.</p> <p>2. Matemática: Expressão numérica e algébrica; Conjuntos; Razão; Proporção; Regra de três; Porcentagem; Juros simples e juros compostos; Equação do 1º e 2º grau; Função Polinomial do 1º e 2º grau. Progressões; Geometria plana; Análise combinatória: permutação, arranjos, combinação; Probabilidade; Estatística básica; Medidas de comprimento e superfície; medidas de volume e capacidade; Medida de massa e noções de lógica.</p> <p>3. Conteúdo específico</p> <p>1. Normas de segurança, biossegurança e primeiros socorros;</p>



	<ol style="list-style-type: none">2. Preparo de soluções e diluições;3. Conceito de pH e solução tampão;4. Nome e utilidade das vidrarias e equipamentos de laboratório;5. Noções de estocagem de produtos químicos e biológicos.6. Unidades de medidas utilizadas em laboratórios de química;7. Descarte e estocagem de lixo e resíduos químicos;8. Noções sobre ácidos, bases, óxidos e sais;9. Noções sobre compostos orgânicos;10. Noções sobre técnicas de separação de misturas e pré-concentração de amostras;11. Noções de manuseio do microscópio;12. Coleta e preservação de amostras biológicas;13. Noções sobre biotério e técnicas de bem estar no manejo de mamíferos, insetos e répteis de laboratórios dentro das normas do CONCEA e da legislação específica;14. Noções sobre citologia animal e vegetal;15. Noções sobre histologia.
PROCURADOR	<p>LÍNGUA PORTUGUESA</p> <p>Análise e interpretação de textos: compreensão geral do texto; reconhecimento de ideia central e tese defendida pelo autor; argumentação; coerência e mecanismos de coesão; estrutura e organização do texto e dos parágrafos; relações entre textos; relações entre recursos expressivos e efeitos de sentido. Tipologias e gêneros textuais. Variação linguística. Emprego dos pronomes pessoais e relativos. Emprego de tempos e modos verbais. Relações semânticas estabelecidas entre orações, períodos ou parágrafos (oposição, conclusão, concessão, causalidade, etc.). Significação vocabular: sinônimos, antônimos, parônimos; ambiguidade. Pontuação. Ortografia. Concordâncias verbal e nominal. Regências verbal e nominal. Redação.</p> <p>CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS</p> <p>DIREITO CONSTITUCIONAL: 1. Direito</p>



	<p>constitucional: conceito, objeto, fontes e relações com outros ramos do Direito; 2. Formação da Constituição, Poder Constituinte e Poder Reformador; 3. Teoria da Constituição. 4. Constituição: conceito, concepções, classificação e elementos; 5. Princípios constitucionais; 6. Normas constitucionais: conceito, forma, conteúdo, finalidade, estrutura lógica, classificações, eficácia e aplicabilidade; 7. Hermenêutica constitucional: especificidades, elementos de interpretação, princípios metódicos; 8. Teoria dos Direitos Fundamentais e Direitos Individuais; 9. Proteção judicial dos direitos fundamentais: as ações constitucionais; 10. Direitos Sociais e Direito de Nacionalidade; 11. Direitos Políticos e Partidos Políticos; 12. Controle de Constitucionalidade. 13. As ações do controle concentrado no ordenamento brasileiro (Leis 9.868/1999 e 9.882/1999); 14. Organização Política, Administrativa e Funcional do Estado Brasileiro; 15. Organização dos Poderes e Funções Essenciais à Justiça. 16. Sistema tributário nacional: a) princípios constitucionais tributários; b) limitações constitucionais ao poder de tributar; c) espécies tributárias; d) imunidades tributárias; e) repartição de competências e receitas tributárias; 17. Finanças públicas: a) normas gerais; b) orçamentos: princípios, elaboração, gestão, fiscalização e controle da execução orçamentária; 18. Ordem econômica e financeira. 19. Da política urbana. 20. Súmulas dos Tribunais Superiores.</p> <p>DIREITO ADMINISTRATIVO: 1. Função administrativa. Regime jurídico administrativo. Poderes da Administração; 2. Princípios da Administração Pública; 3. Poder de polícia; 4. Administração Pública. Organização. Administração Direta e Indireta.</p>
--	---



	<p>Descentralização. Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. Desconcentração. Órgãos públicos: conceito, natureza e classificação. 5. Improbidade administrativa; 6. Ato administrativo; 7. Processo administrativo; 8. Convênios e consórcios administrativos; 9. Serviço público. Intervenção do Estado no domínio econômico. Regulação. Concessão, permissão e autorização de serviço público; 10. Intervenção do Estado sobre a propriedade privada; 11. Bens públicos. Formas de utilização dos bens públicos pelos particulares; 12. Regulamento; 13. Responsabilidade extracontratual do Estado; 14. Controle administrativo, legislativo e judicial da Administração. Mandado de Segurança individual. Mandado de Segurança Coletivo. Ação Popular. Ação Civil Pública. Mandado de Injunção. Habeas Data. Prescrição administrativa; 15. A reforma do Estado: disciplina e efeitos. Formas de parceria com a iniciativa privada. Parceria Público-Privada. Terceirização. Fomento; 16. Infrações e sanções administrativas; 17. Lei Federal 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação); 18. Lei Federal 8.666/1993 (Licitações e Contratos da Administração Pública) e Lei Federal 10.520/2002 (Pregão); 19. Lei Federal 8.429/1992 (Improbidade administrativa); 20. Lei Orgânica do Município de Rio Verde. 21. Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Rio Verde (Lei Municipal 3.968/2000); 22. Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal); 23. Súmulas dos Tribunais Superiores.</p> <p>DIREITO DO TRABALHO: 1. Princípios e fontes do direito do trabalho; 2. Direitos constitucionais dos trabalhadores (art. 7.o da</p>
--	--



	<p>Constituição Federal de 1988); 3. Relação de trabalho e relação de emprego: requisitos e distinção; relações de trabalho lato sensu (trabalho autônomo, eventual, temporário e avulso); 4. Sujeitos do contrato de trabalho stricto sensu: empregado e empregador (conceito e caracterização); poderes do empregador no contrato de trabalho; 5. Contrato Individual de Trabalho: alteração, suspensão, interrupção e cessação; 6. Duração do trabalho; jornada de trabalho; períodos de descanso; intervalo para repouso e alimentação; descanso semanal remunerado; trabalho noturno e trabalho extraordinário; sistema de compensação de horas; 7. Aviso prévio; 8. Justa causa; 9. Estabilidade e garantias provisórias de emprego: formas de estabilidade; despedida e reintegração de empregado estável; 10. Salário-mínimo: irredutibilidade e garantia; 11. Férias: direito a férias e sua duração; concessão e época das férias; remuneração e abono de férias; 12. Salário e remuneração: conceito e distinções; composição do salário; modalidades de salário; formas e meios de pagamento do salário; 13o salário; 13. Equiparação salarial; principio da igualdade de salário; desvio de função; 14. FGTS; 15. Prescrição e decadência; 16. Segurança e medicina no trabalho: CIPA; atividades insalubres ou perigosas; 17. Direito coletivo do trabalho: liberdade sindical (Convenção n.o 87 da OIT); organização sindical; conceito de categoria; categoria diferenciada; convenções e acordos coletivos de trabalho; 18. Direito de greve e serviços essenciais.</p> <p>DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO:</p> <p>1. Procedimentos nos dissídios individuais: reclamação; <i>jus postulandi</i>; revelia; exceções; contestação; reconvenção; partes e procuradores; audiência; conciliação; instrução e julgamento; justiça gratuita; 2. Provas no processo do trabalho; 3. Recursos no processo do trabalho: disposições gerais: efeitos suspensivo e devolutivo; recursos no processo de cognição;</p>
--	---



recursos no processo de execução; 4. Processos de execução: liquidação; modalidades da execução; embargos do executado; impugnação do exequente; 5. Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho: sumulas e orientações jurisprudenciais; 6. Prescrição e decadência no processo do trabalho; 7. Competência da justiça do trabalho; 8. Rito sumaríssimo no dissídio individual; 9. Comissão prévia de conciliação nos dissídios individuais; 10. Ação rescisória no processo do trabalho; 11. Mandado de segurança: cabimento no processo do trabalho; 12. Dissídios coletivos; 13. Súmulas dos Tribunais Superiores.

DIREITO AMBIENTAL: 1. Disposições constitucionais de proteção ao meio ambiente; 2. Direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado; 3. Competências legislativas relacionadas ao direito ambiental; 4. Competências administrativas relacionadas ao meio ambiente (Lei Complementar Federal 140, de 08/12/2011); 5. Política Nacional do Meio Ambiente (Lei Federal 6.938/1981 e alterações posteriores). Do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente; 6. Licenciamento Ambiental. Normas gerais. Resoluções CONAMA 001/86 e 237/1997. Exigibilidade de Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA); 7. Proteção da vegetação. Código Florestal (Lei Federal 12.651/2012); 8. Concessão Florestal (Lei Federal 11.284/2006); 9. Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei Federal 9.985/2000); 10. Proteção das águas. Lei de Recursos Hídricos (Lei Federal 9.433/1997); 11. Responsabilidade ambiental. Responsabilidade civil por dano ambiental no direito brasileiro. Crimes ambientais (Lei 9.605/1998 e alterações posteriores). Infrações administrativas (Decreto Federal 6.514/2008 e alterações posteriores); 12. Preservação do Meio Ambiente Cultural. Instrumentos de Proteção: Tombamento, registro, inventário, vigilância, desapropriação; 13. Código Ambiental Municipal de Rio Verde (Lei Municipal 5.090/2005). 14. Súmulas dos



	<p>Tribunais Superiores.</p> <p>DIREITO FINANCEIRO E DIREITO TRIBUTÁRIO: 1. As necessidades públicas e a atividade financeira do Estado; 2. Normas gerais de Direito Financeiro (Lei Federal 4.320/64); 3. Receita pública. Receitas e entradas. Classificação das receitas. Receitas derivadas. Receita tributária. Repartição das receitas tributárias. Multas. Receitas originárias. Teoria dos preços. Taxa e preço público; 4. Despesa pública. Conceito e características. Espécies. Regime jurídico; 5. Orçamento. Conceito. Origem. Regime jurídico do orçamento público. Direito constitucional orçamentário. Princípios orçamentários. Leis orçamentárias. Tramitação legislativa; 6. Fiscalização financeira e orçamentária. Tipos de controle. Controle interno. Controle externo. Tribunais de Contas; 7. Crédito público. Noções fundamentais. Natureza jurídica. Empréstimos públicos e suas espécies. Limites do crédito público; 8. Responsabilidade fiscal. 9. Direito tributário. Conceito. Autonomia. Fontes; 10. Sistema Tributário Nacional. Competência tributária. Limitações. Repartição das receitas tributárias. Dos tributos. Classificação e espécies; 11. Legislação tributária. Conceito. Vigência, aplicação, interpretação e integração; 12. Obrigação tributária. Natureza, espécies, efeitos. Fato gerador. Sujeitos ativo e passivo. Capacidade tributária. Substituição tributária. Domicílio tributário; 13. Responsabilidade tributária. Modalidades. Responsabilidade tributária dos administradores de pessoa jurídica. Teoria da desconsideração da pessoa jurídica; 14. Crédito tributário e lançamento. Exclusão, suspensão e extinção do crédito tributário; 15. Garantias e privilégios do crédito tributário; 16. Da administração tributária. Fiscalização. Competência. Dívida ativa. Certidões; 17. Processo tributário: administrativo e judicial. Código Tributário Municipal (Lei Municipal 5.727/09). Lei Federal 6.830/1980 (Lei de Execução Fiscal); 18. Ilícito administrativo</p>
--	--



	<p>tributário. Ilícito penal tributário; 19. Lei Federal 5.172/1966 (Código Tributário Nacional); 20. Lei Federal 8.137/1990 (Define Crimes contra a Ordem Tributária); 21. Lei Federal 8.397/1992 (Institui Medida Cautelar Fiscal); 22. Súmulas dos Tribunais Superiores.</p> <p>DIREITO CIVIL: 1. Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro: vigência, aplicação, interpretação e integração das leis; conflito das leis no tempo; eficácia da lei no espaço; 2. Pessoas naturais: existência; personalidade; capacidade; nome; estado; domicílio; direitos da personalidade; ausência; 3. Pessoas jurídicas: constituição; extinção; domicílio; sociedades de fato, grupos despersonalizados, associações; sociedades, fundações; desconsideração da personalidade jurídica; responsabilidade. 4. Bens: diferentes classes; 5. Ato jurídico: fato e ato jurídico; 6. Negócio jurídico: disposições gerais; classificação, interpretação; elementos; representação, condição; termo; encargo; defeitos do negócio jurídico; validade, invalidade e nulidade do negócio jurídico; simulação; 7. Atos jurídicos: lícitos e ilícitos; 8. Prescrição e decadência; 9. Prova; 10. Obrigações: características; obrigações de dar; obrigações de fazer e de não fazer; obrigações alternativas; obrigações divisíveis e indivisíveis; obrigações solidárias; obrigações civis e naturais, obrigações de meio, de resultado e de garantia; obrigações de execução instantânea, diferida e continuada; obrigações puras e simples, condicionais, a termo e modais; obrigações líquidas e ilíquidas; obrigações principais e acessórias; transmissão das obrigações; adimplemento e extinção das obrigações; inadimplemento das obrigações; 11. Contratos: contratos em geral; disposições gerais; extinção; espécies de contratos regulados no Código Civil; 12. Atos unilaterais; 13. Títulos de crédito: disposições gerais; títulos ao portador, a ordem e nominativos; 14. Responsabilidade civil; 15. Preferências e privilégios creditórios; 16. Empresário; 17. Direito de empresa:</p>
--	--



estabelecimento; 18. Posse; 19. Direitos reais: propriedade; superfície; servidões; usufruto; uso; habitação; direito do promitente comprador; 20. Direitos reais de garantia; 21. Direito de família: casamento; relações de parentesco; regime de bens entre os cônjuges; usufruto e administração dos bens de filhos menores; alimentos; bem de família; união estável; concubinato; tutela; curatela; 22. Direito das sucessões: sucessão em geral; sucessão legítima; sucessão testamentária; inventário e partilha; 23. Direito das relações de consumo (Lei Federal 8.078/1990): consumidor; fornecedor, produto e serviço; direitos básicos do consumidor; qualidade de produtos e serviços, prevenção e reparação dos danos; práticas comerciais; proteção contratual; 24. Parcelamento do solo urbano (Lei Federal 6.766/1979); 25. Registro de imóveis (Lei Federal 6.015/1973): noções gerais, registros, presunção de fé pública, prioridade, especialidade, legalidade, continuidade, transcrição, inscrição e averbação; procedimento de dúvida; 26. Estatuto do Idoso (Lei Federal 10.741/2003); 27. Locação de imóveis urbanos (Lei Federal 8.245/1991): locação em geral, sublocações, aluguel, deveres do locador e do locatário, direito de preferência, benfeitorias, garantias locatícias, penalidades civis, nulidades, locação residencial, locação para temporada, locação não residencial; 28. Direitos autorais; 29. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal 8.069/1990): disposições preliminares, direitos fundamentais, prevenção, medidas de proteção, perda e suspensão do poder familiar, destituição de tutela, colocação em família substituta.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL: 1. Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015). 2. Jurisdição e ação: conceito, natureza e características; das condições da ação/pressupostos processuais; 3. Partes e procuradores: capacidade processual e postulatória; deveres e sucessão das partes e procuradores; 4. Litisconsórcio; 5. Intervenção de terceiros: assistência, denúncia a lide,

chamamento ao processo, amicus curiae e do incidente de descon sideração da personalidade jurídica. 5.1. Embargos de terceiro, oposição e habilitação. 6. Ministério Público; advocacia pública e defensoria pública; 7. Competência: disposições gerais, modificações de competência e incompetência; cooperação nacional. 8. O juiz; 9. Atos processuais: forma, tempo e lugar; comunicação dos atos; nulidades; 10. Formação, suspensão e extinção do processo; 11. Processo e procedimento. 12. Petição inicial; requisitos, pedido, indeferimento e improcedência liminar do pedido; 13. Tutelas provisórias: tutela de urgência e de evidência; 14. Resposta do réu: contestação e reconvenção; 15. Revelia; 16. Julgamento conforme o estado do processo: extinção parcial, julgamento antecipado do mérito, julgamento antecipado parcial do mérito. 17. Provas: ônus da prova; produção antecipada da prova, depoimento pessoal, ata notarial, confissão, exibição de documento ou coisa, prova documental, prova testemunhal, prova pericial e inspeção judicial; 18. Audiência; 19. Sentença e coisa julgada; 20. Liquidação e cumprimento da sentença; 21. Recursos: teoria geral; disposições gerais; apelação; agravo de instrumento; agravo interno, embargos de declaração; recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça. 22. Processo de execução: execução em geral; diversas espécies de execução – execução para entrega de coisa, execução das obrigações de fazer e de não fazer, obrigação por quantia certa, execução contra a Fazenda Pública, execução de alimentos. 22.1. Embargos à execução, suspensão e extinção da execução. 23. Procedimentos especiais; 24. Súmulas dos Tribunais Superiores; 25. Lei da Organização Judiciária do Estado de Goiás; 26. Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO: 1. Previdência social na Constituição Federal. Noções gerais. Princípios. Regime geral. Lei Federal 8.213/1991. 2. Regime próprio de previdência na



Constituição Federal. Normas permanentes e transitórias. Lei Federal 9.717/1998. Lei Federal 10.887/2004; 3. Regime próprio de Previdência Social do Município de Rio Verde; 4. Súmulas dos Tribunais Superiores.

DIREITO PENAL: 1. Aplicação da lei penal. Princípios da legalidade e anterioridade. Lei penal no tempo e no espaço. 2. Crime. Conceito. Relação de causalidade. Superveniência de causa independente. Relevância da omissão. Crime consumado, tentado e impossível. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime doloso, culposo e preterdoloso. Tipicidade (tipo legal do crime). Erro de tipo e erro de proibição. Coação irresistível e obediência hierárquica. 3. Exclusão de ilicitude. 4. Imputabilidade penal. 5. Concurso de pessoas. 6. Efeitos da condenação e da reabilitação. 7. Ação penal pública e privada. 8. Extinção da punibilidade. 9. Crimes contra a administração pública e Lei 8.429, de 2/6/1992. 10. Crimes relativos à licitação (Lei 8.666, de 21/6/1993). 11. Crimes contra a fé pública. 12. Crimes de abuso de autoridade (Lei 4.898, de 9/12/1965). 13. Crimes contra a ordem econômica, as relações de consumo e a economia popular (Lei Delegada 4, de 26/9/1962; Lei 1.521, de 26/12/1951; Lei 8.078, de 11/9/1990; Lei 8.137, de 27/12/1990; artigo 34 da Lei 9.249, de 26/12/1995; Lei 8.176, de 8/2/1991; Lei 8.884, de 11/6/1994). 14. Crime de imprensa (Lei 5.250, de 9/2/1967). 15. Crime de preconceito (Lei 7.716, de 5/1/1989). 16. Crime organizado (Lei 9.034, de 3/5/1995). 17. Suspensão condicional do processo (Lei 9.099, de 26/9/1995). 18. Interceptação telefônica (Lei 9.296, de 24/7/1996). 19. Crime de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei 9.613, de 3/3/1998). 20. Crimes contra o sistema financeiro nacional (Lei 7.492/86). 22. Crimes contra a organização do trabalho.

DIREITO PROCESSUAL PENAL: 1. Jurisdição, ação e processo. 2. Princípios gerais do processo penal. 3. Inquérito policial. 4. Ação



	<p>Penal: condições da ação; espécies de ação penal. 5. Competência em matéria penal. 6. Teoria Geral da Prova: meios de prova e de acesso à prova; prova ilícita; interceptação telefônica e ambiental. 7. Procedimentos comum e especial. 8. Tribunal do Júri. 9. Juizados especiais criminais. 10. Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei “Maria da Penha”). 11. Medidas cautelares: sistemas e espécies de prisão cautelar; liberdade provisória; medidas cautelares alternativas à prisão. 12. Recursos.</p>
<p>DEFENSOR JURÍDICO</p>	<p>LÍNGUA PORTUGUESA</p> <p>Análise e interpretação de textos: compreensão geral do texto; reconhecimento de ideia central e tese defendida pelo autor; argumentação; coerência e mecanismos de coesão; estrutura e organização do texto e dos parágrafos; relações entre textos; relações entre recursos expressivos e efeitos de sentido. Tipologias e gêneros textuais. Variação linguística. Emprego dos pronomes pessoais e relativos. Emprego de tempos e modos verbais. Relações semânticas estabelecidas entre orações, períodos ou parágrafos (oposição, conclusão, concessão, causalidade, etc.). Significação vocabular: sinônimos, antônimos, parônimos; ambiguidade. Pontuação. Ortografia. Concordâncias verbal e nominal. Regências verbal e nominal. Redação.</p> <p>CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS</p> <p>DIREITO CONSTITUCIONAL: 1. Direito constitucional: conceito, objeto, fontes e relações com outros ramos do Direito; 2. Formação da Constituição, Poder Constituinte e Poder Reformador; 3. Teoria da Constituição. 4. Constituição: conceito, concepções, classificação e elementos; 5. Princípios constitucionais; 6. Normas constitucionais: conceito, forma,</p>



conteúdo, finalidade, estrutura lógica, classificações, eficácia e aplicabilidade; 7. Hermenêutica constitucional: especificidades, elementos de interpretação, princípios metódicos; 8. Teoria dos Direitos Fundamentais e Direitos Individuais; 9. Proteção judicial dos direitos fundamentais: as ações constitucionais; 10. Direitos Sociais e Direito de Nacionalidade; 11. Direitos Políticos e Partidos Políticos; 12. Controle de Constitucionalidade. 13. As ações do controle concentrado no ordenamento brasileiro (Leis 9.868/1999 e 9.882/1999); 14. Organização Política, Administrativa e Funcional do Estado Brasileiro; 15. Organização dos Poderes e Funções Essenciais à Justiça. 16. Sistema tributário nacional: a) princípios constitucionais tributários; b) limitações constitucionais ao poder de tributar; c) espécies tributárias; d) imunidades tributárias; e) repartição de competências e receitas tributárias; 17. Finanças públicas: a) normas gerais; b) orçamentos: princípios, elaboração, gestão, fiscalização e controle da execução orçamentária; 18. Ordem econômica e financeira. 19. Da política urbana. 20. Súmulas dos Tribunais Superiores.

DIREITO ADMINISTRATIVO: 1. Função administrativa. Regime jurídico administrativo. Poderes da Administração; 2. Princípios da Administração Pública; 3. Poder de polícia; 4. Administração Pública. Organização. Administração Direta e Indireta. Descentralização. Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. Desconcentração. Órgãos públicos: conceito, natureza e classificação. 5. Improbidade administrativa; 6. Ato administrativo; 7. Processo administrativo; 8. Convênios e consórcios administrativos; 9.



Serviço público. Intervenção do Estado no domínio econômico. Regulação. Concessão, permissão e autorização de serviço público; 10. Intervenção do Estado sobre a propriedade privada; 11. Bens públicos. Formas de utilização dos bens públicos pelos particulares; 12. Regulamento; 13. Responsabilidade extracontratual do Estado; 14. Controle administrativo, legislativo e judicial da Administração. Mandado de Segurança individual. Mandado de Segurança Coletivo. Ação Popular. Ação Civil Pública. Mandado de Injunção. Habeas Data. Prescrição administrativa; 15. A reforma do Estado: disciplina e efeitos. Formas de parceria com a iniciativa privada. Parceria Público-Privada. Terceirização. Fomento; 16. Infrações e sanções administrativas; 17. Lei Federal 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação); 18. Lei Federal 8.666/1993 (Licitações e Contratos da Administração Pública) e Lei Federal 10.520/2002 (Pregão); 19. Lei Federal 8.429/1992 (Improbidade administrativa); 20. Lei Orgânica do Município de Rio Verde. 21. Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Rio Verde (Lei Municipal 3.968/2000); 22. Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal); 23. Súmulas dos Tribunais Superiores.

DIREITO CIVIL: 1. Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro: vigência, aplicação, interpretação e integração das leis; conflito das leis no tempo; eficácia da lei no espaço; 2. Pessoas naturais: existência; personalidade; capacidade; nome; estado; domicílio; direitos da personalidade; ausência; 3. Pessoas jurídicas: constituição; extinção; domicílio; sociedades de fato, grupos despersonalizados, associações; sociedades, fundações; desconsideração da personalidade



jurídica; responsabilidade. 4. Bens: diferentes classes; 5. Ato jurídico: fato e ato jurídico; 6. Negócio jurídico: disposições gerais; classificação, interpretação; elementos; representação, condição; termo; encargo; defeitos do negócio jurídico; validade, invalidade e nulidade do negócio jurídico; simulação; 7. Atos jurídicos: lícitos e ilícitos; 8. Prescrição e decadência; 9. Prova; 10. Obrigações: características; obrigações de dar; obrigações de fazer e de não fazer; obrigações alternativas; obrigações divisíveis e indivisíveis; obrigações solidárias; obrigações civis e naturais, obrigações de meio, de resultado e de garantia; obrigações de execução instantânea, diferida e continuada; obrigações puras e simples, condicionais, a termo e modais; obrigações líquidas e ilíquidas; obrigações principais e acessórias; transmissão das obrigações; adimplemento e extinção das obrigações; inadimplemento das obrigações; 11. Contratos: contratos em geral; disposições gerais; extinção; espécies de contratos regulados no Código Civil; 12. Atos unilaterais; 13. Títulos de crédito: disposições gerais; títulos ao portador, a ordem e nominativos; 14. Responsabilidade civil; 15. Preferências e privilégios creditórios; 16. Empresário; 17. Direito de empresa: estabelecimento; 18. Posse; 19. Direitos reais: propriedade; superfície; servidões; usufruto; uso; habitação; direito do promitente comprador; 20. Direitos reais de garantia; 21. Direito de família: casamento; relações de parentesco; regime de bens entre os cônjuges; usufruto e administração dos bens de filhos menores; alimentos; bem de família; união estável; concubinato; tutela; curatela; 22. Direito das sucessões: sucessão em geral; sucessão legítima; sucessão testamentária; inventário e partilha; 23. Direito das relações de consumo (Lei Federal 8.078/1990): consumidor; fornecedor, produto e serviço; direitos básicos do consumidor; qualidade de produtos e serviços, prevenção e reparação dos danos; práticas comerciais; proteção contratual; 24. Parcelamento do solo urbano (Lei Federal 6.766/1979); 25. Registro de imóveis (Lei



Federal 6.015/1973): noções gerais, registros, presunção de fé pública, prioridade, especialidade, legalidade, continuidade, transcrição, inscrição e averbação; procedimento de dúvida; 26. Estatuto do Idoso (Lei Federal 10.741/2003); 27. Locação de imóveis urbanos (Lei Federal 8.245/1991): locação em geral, sublocações, aluguel, deveres do locador e do locatário, direito de preferência, benfeitorias, garantias locatícias, penalidades civis, nulidades, locação residencial, locação para temporada, locação não residencial; 28. Direitos autorais; 29. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal 8.069/1990): disposições preliminares, direitos fundamentais, prevenção, medidas de proteção, perda e suspensão do poder familiar, destituição de tutela, colocação em família substituta.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL: 1. Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015). 2. Jurisdição e ação: conceito, natureza e características; das condições da ação/pressupostos processuais; 3. Partes e procuradores: capacidade processual e postulatória; deveres e sucessão das partes e procuradores; 4. Litisconsórcio; 5. Intervenção de terceiros: assistência, denunciação a lide, chamamento ao processo, amicus curiae e do incidente de desconsideração da personalidade jurídica. 5.1. Embargos de terceiro, oposição e habilitação. 6. Ministério Público; advocacia pública e defensoria pública; 7. Competência: disposições gerais, modificações de competência e incompetência; cooperação nacional. 8. O juiz; 9. Atos processuais: forma, tempo e lugar; comunicação dos atos; nulidades; 10. Formação, suspensão e extinção do processo; 11. Processo e procedimento. 12. Petição inicial; requisitos, pedido, indeferimento e improcedência liminar do pedido; 13. Tutelas provisórias: tutela de urgência e de evidência; 14. Resposta do réu: contestação e reconvenção; 15. Revelia; 16. Julgamento conforme o estado do processo: extinção parcial, julgamento antecipado do mérito, julgamento antecipado parcial do mérito.

17. Provas: ônus da prova; produção antecipada da prova, depoimento pessoal, ata notarial, confissão, exibição de documento ou coisa, prova documental, prova testemunhal, prova pericial e inspeção judicial; 18. Audiência; 19. Sentença e coisa julgada; 20. Liquidação e cumprimento da sentença; 21. Recursos: teoria geral; disposições gerais; apelação; agravo de instrumento; agravo interno, embargos de declaração; recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça. 22. Processo de execução: execução em geral; diversas espécies de execução – execução para entrega de coisa, execução das obrigações de fazer e de não fazer, obrigação por quantia certa, execução contra a Fazenda Pública, execução de alimentos. 22.1. Embargos à execução, suspensão e extinção da execução. 23. Procedimentos especiais; 24. Súmulas dos Tribunais Superiores; 25. Lei da Organização Judiciária do Estado de Goiás; 26. Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO: 1. Previdência social na Constituição Federal. Noções gerais. Princípios. Regime geral. Lei Federal 8.213/1991. 2. Regime próprio de previdência na Constituição Federal. Normas permanentes e transitórias. Lei Federal 9.717/1998. Lei Federal 10.887/2004; 3. Regime próprio de Previdência Social do Município de Rio Verde; 4. Súmulas dos Tribunais Superiores.

DIREITO PENAL: 1. Aplicação da lei penal. Princípios da legalidade e anterioridade. Lei penal no tempo e no espaço. 2. Crime. Conceito. Relação de causalidade. Superveniência de causa independente. Relevância da omissão. Crime consumado, tentado e impossível. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime doloso, culposo e preterdoloso. Tipicidade (tipo legal do crime). Erro de tipo e erro de proibição. Coação irresistível e obediência hierárquica. 3. Exclusão de ilicitude. 4. Imputabilidade penal. 5. Concurso de pessoas. 6. Efeitos da condenação e da



reabilitação. 7. Ação penal pública e privada. 8. Extinção da punibilidade. 9. Crimes contra a administração pública e Lei 8.429, de 2/6/1992. 10. Crimes relativos à licitação (Lei 8.666, de 21/6/1993). 11. Crimes contra a fé pública. 12. Crimes de abuso de autoridade (Lei 4.898, de 9/12/1965). 13. Crimes contra a ordem econômica, as relações de consumo e a economia popular (Lei Delegada 4, de 26/9/1962; Lei 1.521, de 26/12/1951; Lei 8.078, de 11/9/1990; Lei 8.137, de 27/12/1990; artigo 34 da Lei 9.249, de 26/12/1995; Lei 8.176, de 8/2/1991; Lei 8.884, de 11/6/1994). 14. Crime de imprensa (Lei 5.250, de 9/2/1967). 15. Crime de preconceito (Lei 7.716, de 5/1/1989). 16. Crime organizado (Lei 9.034, de 3/5/1995). 17. Suspensão condicional do processo (Lei 9.099, de 26/9/1995). 18. Interceptação telefônica (Lei 9.296, de 24/7/1996). 19. Crime de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei 9.613, de 3/3/1998). 20. Crimes contra o sistema financeiro nacional (Lei 7.492/86). 22. Crimes contra a organização do trabalho.

DIREITO PROCESSUAL PENAL: 1. Jurisdição, ação e processo. 2. Princípios gerais do processo penal. 3. Inquérito policial. 4. Ação Penal: condições da ação; espécies de ação penal. 5. Competência em matéria penal. 6. Teoria Geral da Prova: meios de prova e de acesso à prova; prova ilícita; interceptação telefônica e ambiental. 7. Procedimentos comum e especial. 8. Tribunal do Júri. 9. Juizados especiais criminais. 10. Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei “Maria da Penha”). 11. Medidas cautelares: sistemas e espécies de prisão cautelar; liberdade provisória; medidas cautelares alternativas à prisão. 12. Recursos.